



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO SECUNDÁRIO EM ALAGOAS NOS ANOS DE 1950: um olhar para a história da Faculdade de Filosofia de Alagoas

Elizabete Amorim de Almeida Melo[i]

Lilian Bárbara Cavalcanti Cardoso[ii]

Roseane Maria de Amorim[iii]

Eixo: Formação de Professores.Memória e Narrativas

RESUMO

Traçar um olhar sobre a história da Faculdade de Filosofia de Alagoas (FAFI) nos fez caminhar para uma reflexão acerca da evolução econômica que estava ocorrendo no estado de Alagoas e o aparecimento desordenado de instituições de 2º grau, como os educandários, que propiciaram a necessidade de se ter professores preparados para essa modalidade de ensino. Para tanto, buscamos em Marc Bloch (2002) as metodologias necessárias para análise do documento. Para a contextualização histórica, Anísio Teixeira (1988), Arabela Campos Oliver (2002) e Maria Lúcia Aranha (1996). Para a análise do contexto nacional e regional, utilizamos textos de Elcio Gusmão Verçosa (1997).

Palavras-chave:

Formação de professores - Ensino secundário - Faculdade de Filosofia de Alagoas.

RESUMEN

Trazando un vistazo a la historia de la Facultad de Filosofía de Alagoas (FAFI) nos hizo caminar por una reflexión sobre la evolución económica que se estaba produciendo en el estado de Alagoas y apareciendo instituciones desordenados segundo grado, como los establecimientos educativos, lo que llevó a la necesidad de si los profesores han preparado para este tipo de educación. Por lo tanto, se busca (2002) Marc Bloch metodologías necesarias para analizar el documento. Para el contexto histórico, Teixeira (1988), Arabella Campos Oliver (2002) y Maria Lucia Spider (1996). Para el análisis del contexto nacional y regional, utilizamos textos Elcio Verçosa Gusmão (1997).

Palabras clave:

Formación del Profesorado - Educación Secundaria - Facultad de Filosofía de Alagoas.

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz em seu conteúdo parte dos resultados do projeto de iniciação científica, que se encontra em andamento, intitulado *Inventário do acervo dos Cursos de Licenciaturas em Ciências Humanas da UFAL: um estudo das práticas curriculares escolares (1950-1980)*, que faz parte das pesquisas desenvolvidas pelo grupo Caminhos da Educação em Alagoas do Centro de Educação da UFAL, que há alguns anos vem desenvolvendo pesquisas na área de Fundamentos Históricos da Educação, através de documentos históricos, periódicos, compêndios e livros de intelectuais alagoanos. Muitos destes intelectuais eram professores e inspetores de instituições de ensino, figuras ilustres pertencentes à elite intelectual alagoana, que por meio da educação buscavam implantar ideologias, deixando um grande legado e contribuição para a educação em Alagoas.

Para escrever este artigo, analisamos o documento intitulado *Relatório da Faculdade de Filosofia de Alagoas (1954)*. A Faculdade de Filosofia de Alagoas foi criada em 1950, pela Sociedade Guido de Fontgalland. Essa sociedade se tratava de um grupo educacional de cunho privado que reunia instituições de ensino secundário e superior. A FAFI surge, segundo o relatório analisado, da necessidade de formação de professores para lecionar no ensino secundário, como resultado do crescimento econômico, cultural e social pelo qual passava o estado de Alagoas no início na segunda metade do século XX.

A educação como parte das políticas sociais também passou por mudanças. O ensino secundário, nesse período, acompanhou o crescimento do ensino superior em Alagoas, que desde a década de 30 criava faculdades para a juventude alagoana, como, por exemplo, a Faculdade de Direito de Alagoas, fundada em 1935. Em meio a essas mudanças, o número de educandários aumentou incentivado por políticas educacionais do período. O sistema de ensino, nessa época, possuía um caráter dual, instalado desde a educação jesuítica colonial, em que o ensino primário e secundário possuíam funções distintas e públicos-alvos diferentes. O primário instruía a grande massa, a princípio para catequização e com a industrialização para a formação do trabalhador. Entretanto, o ensino secundário durante esse processo histórico esteve a serviço da formação da elite, assim como era um meio para o ingresso no ensino superior.

A partir desse contexto, buscamos analisar os documentos históricos catalogados pelo referido projeto, articulados ao contexto histórico da época, para detectarmos características da formação de professores em Alagoas no período estabelecido, como parte da história e do resgate da identidade da educação no nosso Estado.

Para tanto, utilizamos as seguintes referências bibliográficas como subsídios para a elaboração desta pesquisa: no campo da pesquisa e interpretações dos dados, utilizamos Marc Bloch (2002); para a contextualização histórica, Anísio Teixeira (1988), Arabela Campos Oliver (2002) e Maria Lúcia Aranha (1996). No contexto nacional e regional, Elcio Gusmão Verçosa (1997).

Salientamos que o presente estudo é de extrema importância para a reflexão das práticas curriculares contidas na formação de professores em nosso estado, pois não se trata de um simples resgate do passado, pois consideramos que "a História é uma construção que não cessa, é uma perpétua gestação do presente para o passado; logo o documento não pode ser entendido como realidade histórica em si, mas trazendo porções dessa realidade." Nesse sentido, temos nesta pesquisa a elaboração de um estudo que proporciona uma compreensão da realidade no presente através do processo que considera as mudanças e

permanências históricas, expressando a relação do passado e do presente de forma dinâmica, tomando o devido cuidado de interpretações anacrônicas, pois nem todas as soluções do passado podem ser aplicadas no presente, e nem o documento em questão pode nos mostrar a totalidade das práticas curriculares na formação de professores nos anos 1950 em Alagoas. Sobre a importância do contexto histórico para a análise dos dados de uma determinada época, Bloch (2001) afirma que:

Nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como outras. O provérbio árabe disse antes de nós: os homens se parecem mais com a sua época do que com seus pais. Por não ter meditado essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito (BLOCH, 2001, p. 60).

Tomando como pressuposto inicial, podemos afirmar que o contexto histórico é de extrema importância para não tomarmos juízo acerca dos fatos de forma isolada, mas para entender os fenômenos históricos contidos nos documentos catalogados. Todavia, “a educação da sensibilidade histórica nem sempre está sozinha em questão. Ocorre de, em uma linha dada, os conhecimentos de o presente ser diretamente ainda importante para a compreensão do passado” (BLOCH, 2001, p. 66). Com efeito, seria um erro acreditar que a ordem adotada pelos historiadores em suas investigações deve, necessariamente, seguir a ordem dos acontecimentos, mas sim, observar o processo de constituição de fatos.

É nessa perspectiva que vamos buscar o processo de formação de professores do ensino secundário em Alagoas e a constituição da Faculdade de Filosofia que posteriormente se tornou a Faculdade de Educação da UFAL na década de 1960, com as reformas universitárias e com a redemocratização, a qual, em meados dos anos 1980 se torna o Centro de Educação dessa instituição.

1.BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO SECUNDÁRIO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL

A formação de professores, aqui no Brasil, sempre foi uma preocupação para os intelectuais que veem a educação como um meio de desenvolvimento do país, no sentido de que, para que se possa mudar uma realidade era necessário começar pela educação. Durante toda a história da educação no Brasil, o ensino foi alvo desses intelectuais para disseminar ideologias que correspondessem aos acontecimentos e mudanças no plano político, econômico e social. Nesse sentido, concordamos com Maria Lúcia Aranha (1996):

A partir das relações que estabeleceram entre si, os homens criam padrões de comportamento, instituições e saberes, cujo aperfeiçoamento é feito pelas gerações sucessivas, o que lhes permite assimilar e modificar os modelos valorizados em uma determinada cultura (ARANHA, p. 15).

Nesse caso, a educação assume sua importância, no sentido de manter viva a memória de um povo e propiciar condições para a sua sobrevivência. Por isso, a educação é uma instância mediadora que torna possível a relação entre indivíduos e sociedade. Nessa perspectiva, para que na base tivessem mudanças significativas, era necessário que se investisse na preparação dos professores para lidar e disseminar as novas perspectivas de ensino.

De fato, a formação do professor estava intrinsecamente coesa à função da educação em cada período histórico, assim como estava ligado a uma cultura que precisava ser difundida. Para Anísio Teixeira (1998,

p. 98) “o grande objetivo da educação é formar a consciência nacional. Sem uma cultura nacional não se poderá formar essa consciência.” Mas que cultura era esta! Uma cultura imposta pela ideologia dominante ou, melhor dizendo, elitista. “Essas considerações nos advertem de que o fenômeno educacional não pode ser definido como neutro, uma vez que se encontra intrinsecamente ligado aos problemas econômicos, políticos, e sociais do seu tempo” (ARANHA, 1996, p 16).

Nesse sentido, o ensino secundário na História da Educação do Brasil sempre foi direcionado para a formação dos integrantes da classe dominante, os quais assumiriam os mais altos cargos públicos. O processo histórico por trás dessa afirmação nos remete à formação do profissional que instruíra esses sujeitos, tanto para esse fim quanto para seu ingresso no nível superior, o qual foi considerado um meio de status social. Segundo Souza (2008), o ensino secundário no início do século XX possuía as seguintes características:

Tratava-se da educação de um grupo social muito restrito, jovens herdeiros da oligarquia agrária, filhos de industriais, grandes comerciantes, profissionais liberais ou da incipiente classe média urbana, cuja formação fundamentada nos estudos desinteressados expressava a distinção cultural de uma elite, destinando-se a uma finalidade muito específica, isto é, a preparação para os cursos superiores (SOUZA, 2008, p. 89).

Como podemos observar na citação acima, o ensino secundário estava voltado para uma educação humanística que, desde a chegada ao Brasil dos Jesuítas, em 1545, instruíra os filhos da elite, estendendo-se com essa característica até a primeira metade do século XX. “Significava a manutenção de uma alta cultura assentada sobre a conciliação precária entre estudos literários e científicos, prevalecendo, não obstante, os primeiros” (SOUZA, 2008, p. 89). Segundo a autora, a formação das classes dirigentes continuou privilegiando o currículo clássico, dando ênfase à arte de expressão, à erudição linguística, ao escrever e falar bem, prevalecendo o conteúdo literário. Nesse sentido, podemos justificar o fato dos intelectuais responsáveis por pensar sobre a educação brasileira, nesse período, em sua maioria, estarem ligados aos setores das classes dirigentes.

A formação de professores para o ensino secundário sempre foi mais exigente do que para o primário. Para o primário, a instituição responsável desde período imperial foi a Escola Normal, enquanto para o ensino secundário, que possuía um currículo mais complexo exigindo uma formação humanística clássica, o nível superior era responsável por preparar esses profissionais. Mas a ausência de um curso específico de professores para o secundário levou bacharéis de direito, medicina, engenharia e padres assumirem o cargo de mestres desse nível de ensino, não existindo uma formação específica para tal atuação. Isso se estendeu por um longo período. Assim, a única experiência de formação superior para professores, na perspectiva de Verçosa (1997), em Alagoas, para essa modalidade de ensino, estava nas mãos da diocese de Maceió através do Seminário de Nossa Senhora, inicialmente instalado no convento de São Francisco, o qual não formava professores leigos, mas sim padres mestres.

Segundo Vicentine e Lugli (2009), as políticas voltadas para formação em geral só ocorreram a partir de 1931, com a Reforma de Francisco Campos:

A primeira alteração significativa nas condições de formação dos professores do ensino secundário foi dada pela Reforma de Francisco Campos, em 1931, quando se criou o registro para os professores do ensino secundário no Ministério da educação, prevendo a exigência da formação universitária específica, fornecidas de Faculdade de Filosofia, ou seja, a licenciatura (VICENTINE; LUIGI, 2009, p. 64).

O professor licenciado obtinha o registro no ministério e assim lhe era conferido o direito legal de lecionar.

Para garantir a possibilidade da transição entre a situação existente (a diversidade de formações dos professores) e o que a lei determinava, criou-se um Registro Provisório. Segundo Vicentine e Lugli (2009), para obtenção desse registro provisório era preciso mostrar prova de identidade moral, certidão de idade e uma certidão de aproveitamento em instituto de ensino secundário e superior, nacional ou estrangeiro, nas disciplinas de inscrição, além de ter experiência de pelo menos dois anos. Somente em 1946, é criado o Registro Definitivo com Decreto nº 8777 (24/01/ 1946) da Reforma Capanema.

É nesse contexto que é instituída a Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1939 pelo governo federal para servir como modelo para as instituições de formação de professor de nível secundário (Ginásio, Colégio e Escola Normal) de todo o país, tanto na organização quanto no currículo.

Tal formação estava estruturada segundo o que se convencionou “Esquema três mais um”, ou seja, três anos de estudos específicos na área de especialidade (História, Física, Química, etc.), seguidos de mais um ano de curso para obter a licenciatura. Nesse ano adicional estudava-se, de acordo com a lei federal: didática geral, didática especial, psicologia educacional, administração escolar, fundamentos biológicos da educação, e fundamentos sociológicos da educação (VICENTINE; LUGLI, 2009, p. 64).

Desse modo, pretendia-se garantir a preparação pedagógica dos futuros professores secundários. Esse fato fez com que ocorresse a criação de instituições como essa em todo o país, inclusive em Alagoas. “Isto sucede, porém, quando a sociedade já estava em franco processo de mudança e as aspirações pelo ensino superior começam a crescer e a pressionar as escolas por novas carreiras e por admissão numerosa de alunos” (TEIXEIRA, 1988, p. 109).

Na perspectiva de estudiosos da história da formação de professores no Brasil e em Alagoas, nos quais buscamos nos fundamentar (Teixeira, Vicentine, Lugli e Verçosa), a formação de professores de ensino secundário foi valorizada a partir dos anos 1930, com as reformas e decretos que fizeram vir à tona a necessidade de uma formação específica para atuar como mestre nessa área de ensino. Entretanto, isso não foi garantia para que houvesse uma mudança significativa na prática do “bacharelismo”, sendo necessário um devido tempo para que se disseminassem as novas perspectivas e exigências quanto à formação de professores desse nível de educação. Como exemplo, ressaltamos que somente, em 1950, Alagoas pode, enfim, ter um curso de nível superior para formação de docente dos níveis secundários e normalistas.

1.1 A FACULDADE DE FILOSOFIA DE ALAGOAS (FAFI) COMO PRÁTICA DE UM CURRÍCULO HUMANÍSTICO ESCOLÁSTICO NA FORMAÇÃO DE MESTRE DO ENSINO SECUNDÁRIO (1954)

A palavra currículo origina-se de *curriculum*, em latim, que significa *pista de corrida*. No entanto, no campo educacional, o currículo vai além de caminhos a serem seguidos. Segundo Amorim (2010, p. 37), “o currículo pode ser compreendido também como memória coletiva, como espaço de conquista, como possibilidade de construção de utopias e de lutas em torno da construção de uma sociedade mais humana e igualitária”. Ele surge nos estudos sobre educação no início do século XX nos EUA, com o avanço da industrialização. Muitas foram as concepções de currículo, conforme assinala Pedra (1993, p.30): “1) como uma série estruturada de resultados; 2) como um conjunto de matérias; 3) como conjunto de experiências que os estudantes desenvolvem sob a tutela da escola e 4) como intento de comunicar os princípios essenciais de uma proposta educativa”, concepções estas que foram sendo construídas de acordo com cada tempo, sempre ligadas à ideia de que tipo de sujeito que se quer formar em cada sociedade, em seu devido tempo. “Ultimamente, vem sendo entendido como uma seleção de conhecimentos extraídos de uma cultura mais ampla” (PEDRA, 1993, p. 30).

Quanto às práticas curriculares, aqui nos referiremos à formação de professores na década de 1950, tendo como foco de análise as exigências da época. Nesse contexto de formação de professores, não podemos deixar de destacar o avanço do liberalismo e uma cultura tecnicista, a qual formava profissionais para uma dada área, visando sempre à prática.

Na profissão docente, essa tendência chega às Escolas Normais, que preparava professores para ensinar no ensino primário. Com o avanço do ensino superior no país, ocorrido entre as décadas de 30 e 40 do século XX, houve a necessidade de ampliar e melhorar o ensino secundário/médio, cuja prioridade se acentuou no regime militar na década de 60, como resultado de reformas educacionais no ensino de 1º e 2º graus e reforma universitária.

A Faculdade de Filosofia de Alagoas foi criada em 1950, buscando suas inspirações e modo de organização nas experiências de instituições pertencente à Igreja Católica no Recife, que tinha como princípio pedagógico a Filosofia Tomista (fazendo referência ao modelo de instituição escolástico, típico do final do período medieval). O documento, aqui analisado, trata-se de um relatório enviado ao Ministério de Educação e Saúde, redigido por Teofanes Augusto de Araujo Barros – padre, educador, teólogo e bacharel em Filosofia, o qual tinha sido formado e ordenado pelo Seminário Metropolitano de Maceió, que na época dirigia a Sociedade Colégio Guido de Fontgalland, mantedora da Faculdade de Filosofia de Alagoas. Esse documento tinha por finalidade a solicitação da autorização da implantação de dois cursos nessa instituição. O diretor inicia seu relatório falando sobre o histórico do empreendimento:

A Faculdade de Filosofia de Alagoas foi fundada a 17 de junho de 1950, neste dia reuniram-se professores de diversos educandários de Maceió, estudantes, jornalistas, sacerdotes, religiosos, representantes dos poderes públicos e, no auditório do Colégio Guido de Fontgalland, foi declarada fundada a Faculdade de Filosofia de Alagoas, a ser mantida pela Sociedade Colégio Guido de Fontgalland. No mesmo ano foi requerida a autorização para funcionamento. [...] a 22 de janeiro de 1952, a Faculdade foi autorizada a funcionar com os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neo-Latinas e letras Anglo-germanicas (ALAGOAS,1954).

Como podemos observar, a instituição tinha como função a formação de professores para diversas áreas do conhecimento e não se limitava à formação em Filosofia, conforme a nomenclatura “Faculdade de Filosofia” nos remete a pensar no primeiro momento. Nesse período, no qual surge a FAFI de Alagoas, o crescimento de educandários (nível secundário) em Alagoas crescia devido ao incentivo através da CNEG - Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que começa em Recife em 1943 e logo ganha a graça de alguns professores alagoanos. Devido a esse fato, foi necessário priorizar a formação de professores para o ensino de segundo grau. Pode-se dizer que Alagoas estava progredindo consideravelmente sob todos os aspectos, e principalmente, em seu aspecto cultural, no qual se destacava os avanços dos cursos de nível superior e de ensino secundário, fato este Isso evidenciado na justificativa expressa pelo Padre Teofanes (ALAGOAS, 1950):

Grande tem sido o número de pedidos recebidos pela Direção da Faculdade para a criação dos cursos de Pedagogia e Didática. O curso de ter sua justificação na necessidade crescente que há no estado da formação de técnicos em Educação. A antiga Diretoria de Educação do Estado, transformada recentemente no Departamento Estadual de Educação, está traçando novos rumos a Educação no Estado. Faz-se sentir a necessidade de que exista em Alagoas uma escola de ensino Superior que prepare homens capazes de se porem à frente desse movimento renovador.

De acordo com Vergosa (1997), o desenvolvimento cultural de Alagoas, nesse período, deve-se a tais empreendimentos, que se justificam, também, pela necessidade de se ter cursos pós-secundários voltados para os jovens de classe média que não tinham condições de cursarem um nível superior fora do estado, aproveitando-se, assim, os talentos da juventude alagoana.

No quadro de professores da FAFI, encontravam-se advogados, engenheiros, médicos e principalmente religiosos do estado. Entre os documentos históricos analisados, encontramos supostos currículos de professores que fizeram parte do quadro de docentes. Dentre os dados mais importantes desses currículos, destacamos:

Quadro I: dados extraídos de currículos de professores da FAFI em 1954

CADEIRA	FORMAÇÃO DO PROFESSOR
Didática Geral e Especial	Formado pela Universidade do Brasil
Administração Escolar e Educação	Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Alagoas
História e Filosofia da Educação	Curso completo no Seminário Metropolitano de Maceió
Estatística Educacional	Formado na Faculdade de Direito de Alagoas
Biologia Geral	Formado faculdade de Medicina da Bahia

Fonte: ALAGOAS, 1954.

Nota-se que nessa época não existia a necessidade de especialização ou pós-graduação para ensinar nos cursos de licenciatura, pois predominava o sistema de cátedras, no qual as disciplinas se denominavam cadeiras ministradas por catedráticos, assunto este que trataremos mais adiante.

Quanto aos recursos didáticos, a FAFI possuía uma biblioteca, chamada Pio XI. A mesma era instalada numa sala “arejada com piso de mosaico, com mais de 3.000 volumes, recebe revistas de cultura: nacionais, francesas, belga, argentinas, chilena, norte americanas” (ALAGOAS, 1954). O documento traz uma lista com as principais obras da biblioteca nas áreas de filosofia e moral, psicologia, religião e teologia e obras gerais. Em filosofia, são destacados os grandes clássicos, como Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e São Thomas de Aquino; na Psicologia, Freud. Segundo esse documento, a referida biblioteca é registrada no Instituto Nacional do Livro sob o número RM 1176.

No regimento da FAFI, encontra-se explícito a concepção de currículo ligado ao conjunto de disciplina. Destacamos:

- **A finalidade da instituição:** a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas

atividades culturais de ordem técnica; b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituem objeto de seu ensino.

- **Secções fundamentais** (cursos ministrados): Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. Havendo também uma secção especial de Didática.

Quadro II: cursos ofertados pela FAFAI em 1954

CURSOS	TEMPO MÍNIMO / ANO
Filosofia	3
Ciências, que compreende os cursos de Matemática, Física, Química, História Natural (biologia) e Ciências Sociais.	3
Letras, que compreendia os cursos de Letras Clássicas, Neolatinas e Anglo-germânicas.	3
Pedagogia	3
Didática	1

Fonte: ALAGOAS 1954.

No quadro II, é sistematizada a ordem dos cursos lecionados na FAFI, dentre os quais destacamos os cursos de Ciências pela disseminação do ensino do século XX, através das reformas inspiradas pelo positivismo pedagógico, que dava ao ensino a proporção científica. Percebemos que predominava uma concepção da Filosofia articulada à ciência que reunia determinados campos do saber. Já nos cursos que compreendem o curso de Letras, que apresenta fragmentos de um currículo humanístico que persiste, mesmo em meio a uma cultura escolar moderna.

Os cursos podem ser divididos em duas classes: 1) ordinários: eram constituídos por um conjunto harmônico de disciplinas, cujo estudo visava à obtenção de diploma; extraordinário: ao contrário dos ordinários, subdividia-se em: a) curso de aperfeiçoamento à intensificação do estudo de parte e/ou da totalidade de uma ou mais disciplinas dos cursos ordinários; 2) cursos avulsos: destinados a ministrar o ensino de uma ou mais disciplinas não incluídas nos cursos ordinários. As disciplinas lecionadas em cada curso eram regidas pelo sistema de cátedras com 47 cadeiras para todos os cursos, frequentados por alunos regulares (matriculados nos cursos ordinários) e ouvintes, segundo o documento analisado.

O ensino superior na FAFI pode ser considerado de cunho enciclopédico dentro de cada ramo (Filosofia, Letras, Didática, Pedagogia, Ciências), compreendendo um currículo sem qualquer especialização, voltado para a formação profissional de pessoal para a carreira de docentes de segundo grau e normalistas, conforme descrito nas finalidades da instituição. Esse fato indica que as práticas curriculares pautavam-se ainda em um ensino humanístico com características enciclopédicas. E o curso de Filosofia era o que norteava todos os outros cursos, desde as bibliografias até a didática dos professores, pois a visão adotada pelo fundador buscava na filosofia escolástica os princípios norteadores da formação de professores na Faculdade de Filosofia de Alagoas.

A FAFI, ao que tudo indica, foi a primeira experiência de formação superior de docentes em Alagoas. Logo após anos de funcionamento, em meados de 1961, junto com outros cursos superiores tradicionais de Alagoas, integra-se à Universidade Federal de Alagoas, tornando-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFAL, sendo um espaço exclusivo de formação de professores de nível superior. Com o regime militar e suas reformas educacionais, em especial a reforma universitária, muda-se a nomenclatura e o modo de organizar os cursos, passando a se denominar Faculdade de Educação. Nos anos 80, em meio a muitas lutas políticas e intelectuais, transforma-se no Centro de Educação (CEDU) da UFAL, o qual existe

até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é resultado de meses de pesquisa do projeto de iniciação científica intitulado *Inventário do acervo dos Cursos de Licenciaturas em Ciências Humanas da UFAL: um estudo das práticas curriculares escolares (1950-1980)*; o qual tem por objetivo conservar e resgatar a identidade dos cursos de Licenciatura em Ciências Humanas de nossa instituição.

Mesmo em meio à falta de recursos, conseguimos cumprir e divulgar, através de publicações de artigos como este, os resultados obtidos no referido projeto de pesquisa, o tem a intenção de catalogar e elaborar um inventário do acervo relacionado aos cursos de licenciatura da UFAL entre os anos de 1950 a 1990. Ele considera que os cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras e Estudos Sociais têm uma longa história que precisa ser recuperada, pois muitos dos acervos foram perdidos em diversos departamentos por diferentes motivos. Sendo assim, há um significativo montante de documentos no CEDU (Centro de Educação da UFAL) referente a tais cursos que contam a história da instituição e se não forem catalogados e estudados, a partir de certo tempo, será impossível realizar tal investigação, o que justifica a importância desta pesquisa.

O documento da Faculdade de Filosofia (1954), foco de análise deste artigo, trouxe para os estudos acerca da história da formação de professores contribuições significativas, pois contém indícios das primeiras experiências de formação de professores em nível superior, que antes só existiam em nível médio (Escola Normal, Cursos de professores leigos). Claro que não era uma iniciativa empreendedora isolada, existia um contexto que envolvia a criação de cursos que preparassem professores para a fase de crescimento de educandários e ginásios. Nesse contexto, podemos afirmar que a Faculdade de Filosofia foi, de certa forma, um ganho significativo para a educação alagoana.

Contudo, é possível dizer que a institucionalização da educação superior no Brasil se configurou de forma distinta em cada unidade da federação. Daí, nossa intenção, com a proposta de mapear e catalogar os acervos existentes para que possamos recuperar parte da história da educação da nossa instituição aqui em Alagoas.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Relatório da Faculdade de Filosofia de Alagoas**. Maceió, 1954.

AMORIM, R. M. **As Práticas Curriculares Cotidianas: um Estudo da Educação das Relações Étnico-Raciais na Rede Municipal de Ensino do Recife**. Recife: UFPE, 2010. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 35-81.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVER, Arabela Campos. Histórico da Educação superior no Brasil. In: SOARES Maria Susana Arrosa. **A**

Educação Superior no Brasil. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas. Porto Alegre – Brasil, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima. **História da Organização do trabalho escolar e do currículo no século XX:** ensino de primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade.** Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1988.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **História do Ensino Superior em Alagoas:** verso e reverso. Maceió: editora EDUFAL, 1997.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

[i] Mestre em Educação, professora da Universidade Federal de Alagoas do Curso de Pedagogia e professora pesquisador do Grupo de Pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas: Elizabete.amorim@yahoo.com.br.

[ii] Graduanda do Curso de Pedagogia e integrante do grupo de pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas: lilianbarbara.cc@gmail.com.

[iii] Doutora em Educação, professora da Universidade Federal de Alagoas do Curso de Pedagogia e professora pesquisador do Grupo de Pesquisa Caminhos da Educação em Alagoas: roseane.mda@gmail.com.